Mares
Revista de Geografia e Etnociências
Volume 3, Número 2, 2021

ARTIGOS CIENTÍFICOS

A PESCA ARTESANAL COMO MOVIMENTO DE LUTA E OS IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS DAS MODERNIZAÇÕES INDUSTRIAIS NA ORLA DA BAÍA DE GUANABARA (RJ)

Artisanal fishing as a struggle movement and the social and environmental impacts of industrial modernization on the shores of Guanabara Bay (RJ).

La pesca artesanal como movimiento de lucha y los impactos sociales y ambientales de la modernización industrial en las orillas de la Bahía de Guanabara (RJ).

CHAVES, Diogo

ISSN: 2675-2697

RESUMO

O presente artigo tem como objetivo espacializar alguns dos empreendimentos industriais que se instalaram ao longo da orla da baía de Guanabara, devido ao acelerado crescimento do espaço urbano-metropolitano do Rio de Janeiro. Esse fenômeno, muitas vezes orquestrado pelo Estado, gerou graves consequências, algumas irreversíveis, em sua biodiversidade, agravando a situação daqueles trabalhadores que necessitam desse ecossistema para a sua sobrevivência. Dentre esses trabalhadores, os pescadores artesanais se destacam como sujeitos que atuam na dinâmica da produção social do espaço na baía de Guanabara. A pesca artesanal, como atividade secular, vem sofrendo sérias ameaças com os avanços do capitalismo industrial e da modernização sobre seus territórios pesqueiros, o que gera conflitos entre os diferentes atores que disputam o espaço urbano. Nesse sentido, a pesca artesanal também se torna um movimento de luta para não ser invisibilizada e excluída pelo capital e o poder estatal. Assim, este artigo será apresentado em duas etapas: o processo de modernização, com algumas das diferentes fases da industrialização na Região Metropolitana do Rio de Janeiro e seus impactos socioambientais; e uma síntese das lutas e desafios dos pescadores artesanais diante dos empreendimentos industriais às margens da baía de Guanabara.

Palavras-chave: Violência urbana. Segregação. Modernização. Território.

ABSTRACT

This article aims to spatialize some of the industrial projects that were installed along the shore of Guanabara Bay due to the accelerated growth of the urban-metropolitan space in Rio de Janeiro. This phenomenon, often orchestrated by the State, has generated serious consequences in its biodiversity, some of which are irreversible, aggravating the situation of those workers whose survival depends upon that ecosystem. Among these workers, the artisanal fishermen stand out as subjects who act in the dynamics of the social production of space in Guanabara Bay. Artisanal fishing, as a secular activity, has been suffering serious threats with the advances of industrial capitalism and the modernization of its fishing territories, which generates conflicts between the different actors that dispute the urban space. In this sense, the artisanal fishing also becomes a struggle against the threats posed by the capital and state power. Thus, this article will be presented in two stages: the modernization process with some of the different phases of industrialization in the Metropolitan Region of Rio de Janeiro and its social and environmental impacts; and a synthesis of the struggles and challenges of the artisanal fishermen in face of the industrial projects on the shores of Guanabara Bay.

Keywords: Urban violence. Segregation. Modernization. Territory.

RESUMEN

Este artículo tiene como objetivo espacializar algunos de los proyectos industriales que se instalaron a lo largo de la costa de la Bahía de Guanabara debido al crecimiento acelerado del espacio urbano-metropolitano en Río de Janeiro. Este fenómeno, muchas veces orquestado por el Estado, ha generado graves consecuencias, algunas de ellas irreversibles, en su biodiversidad, agravando la situación de aquellos trabajadores que necesitan de este ecosistema para su supervivencia.

CC BY NC

Entre estos trabajadores, se destacan los pescadores artesanales como sujetos que actúan en la dinámica de la producción social del espacio en la Bahía de Guanabara. La pesca artesanal, como actividad secular, viene sufriendo serias amenazas con los avances del capitalismo industrial y la modernización de sus territorios pesqueros, lo que genera conflictos entre los diferentes actores que disputan el espacio urbano. En este sentido, la pesca artesanal también se convierte en una lucha para no ser imposibilitada y excluida por el capital y el poder estatal. Así, este artículo será presentado en dos etapas: el proceso de modernización con algunas de las diferentes fases de industrialización en la Región Metropolitana de Río de Janeiro y señalando los impactos sociales y ambientales; además de mostrar las luchas y desafíos de los pescadores artesanales frente a la voracidad de las empresas industriales a orillas de la Bahía de Guanabara.

Palabras clave: Violencia urbana. Segregación. Modernización. Territorio.

INTRODUÇÃO

A baía de Guanabara, um dos berços aquáticos do Brasil, há décadas, vem apresentando dificuldades de regeneração e também conflitos territoriais sobre as comunidades pesqueiras, diante da normatização do Estado que, ligados a interesses industriais, aprofunda as desigualdades socioespaciais na produção do espaço urbano da Região Metropolitana do Rio de Janeiro (RMRJ).

Essas intensas transformações, relacionadas às dinâmicas globais, desenvolvem sérios impactos sociais, econômicos, culturais e ambientais, o que agride a atividade dos pescadores e, no sentido de sua identidade, tornam-se invisíveis sob a ótica do capital.

Portanto, o espaço urbano-metropolitano pode ser compreendido como um espaço de transformações, por meio das ações de diferentes sujeitos e também em diferentes escalas em que disputam territórios em uma sociedade urbano-industrial, cuja lógica é a do próprio capital e o consumo exacerbado.

Assim, a metrópole vai se caracterizando pelo processo de modernização, juntamente com o ritmo da industrialização, atraindo novas expressões culturais e tecnologias modernas, gerando aspectos contraditórios. Logo, o espaço metropolitano fluminense, nos últimos anos, tem sido o centro de investimentos financeiros e tecnológicos, como as instalações do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (COMPERJ) em Itaboraí, próximos aos manguezais da Área de Proteção Ambiental (APA) de Guapimirim; o Terminal de Regaseificação da baía de Guanabara (GNL) e o projeto de implementação de dutos de gás liquefeito de petróleo (GLP) da Petrobrás, ambos situados no município de Magé; a Refinaria Duque de Caxias (Reduc), que acaba de completar 60 anos de produtividade; dentre outros que serão apontados mais adiante.

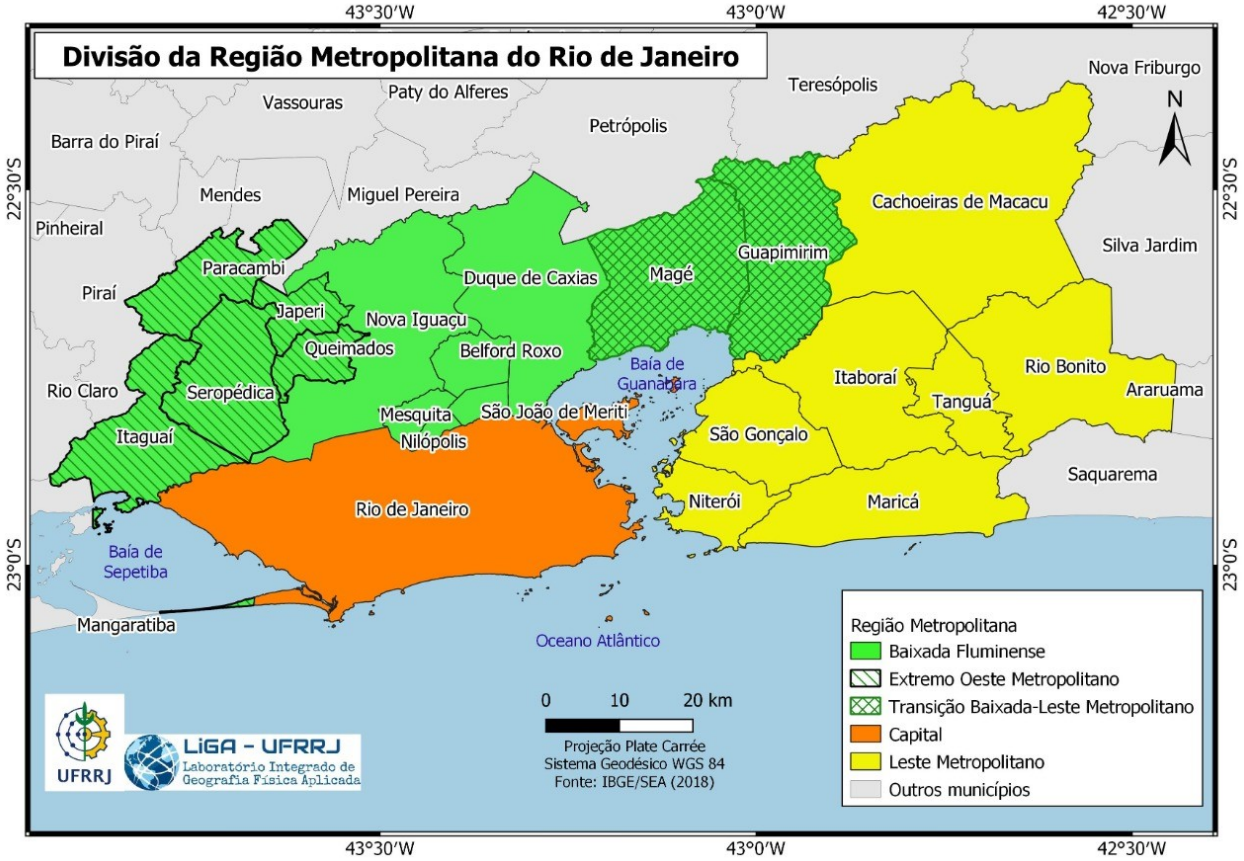
Esses empreendimentos industriais e modernizadores causam tensões no cotidiano dos trabalhadores da pesca, pela disputa, diminuição e dominação de territórios pesqueiros com a participação ativa do Estado, bem como a degradação da fauna e da flora que compõem a biodiversidade da Baía, devido aos despejos de resíduos industriais em rios e afluentes, o que causa um agressivo desequilíbrio socioambiental, afetando diretamente a renda dos que trabalham com a pesca.

ALGUNS PROCESSOS DE "MODERNIZAÇÃO" NA ORLA DA BAÍA DE GUANABARA E SEUS IMPACTOS SOBRE A PESCA ARTESANAL

A baía de Guanabara situa-se entre nas latitudes de 22°40' e 23°00'S e as longitudes de 43°00' e 43°18'W, com uma área aproximada de 400 km2 (a segunda maior baía brasileira, atrás apenas da baía de Todos os Santos, em Salvador-BA) e apresentando uma bacia hidrográfica de 4.600 km². Sua profundidade média varia entre 15 e 20 metros (Mayr, apud Barros, 2005).

A sua bacia hidrográfica abrange os seguintes municípios: Rio de Janeiro, Niterói, São Gonçalo, Itaboraí, Tanguá, Guapimirim, Magé, Duque de Caxias, Belford Roxo, Mesquita, São João de Meriti e Nilópolis e, parcialmente, Maricá, Rio Bonito, Cachoeiras de Macacu, Petrópolis e Nova Iguaçu (ver mapa 1). A atividade pesqueira é realizada em cerca de 42 pontos com milhares de pescadores (Silva, 2015).

Mapa 1 – Divisão da Região Metropolitana do Rio de Janeiro



Fonte: IBGE/SEA (2018) (Adaptado por LIGA – UFRRJ)

Os registros arqueológicos sugerem que a prática da atividade da pesca artesanal na baía ocorre há pelo menos 8.000 anos com os índios garantindo os alimentos de seus povos. Fato que também remonta os tempos coloniais, já que algumas áreas tradicionais de pesca foram originadas por pescadores portugueses que se dedicavam a esse trabalho, desde o século XVII no Rio de Janeiro, a partir da adaptação das técnicas artesanais elaboradas pelos indígenas.

Importante ressaltar que, mesmo existindo pescadores artesanais de origens indígena, negra ou mestiça, estes não eram bem vistos pela sociedade colonial, havendo dificuldades de reconhecimento sobre seus estudos (Silva, 2015, p. 7).

Já em meados do século XX, em paralelo com o rápido crescimento urbano-industrial da cidade, principalmente com o surto de imigração a partir de 1950, verificou-se um aumento da atividade pesqueira na baía com a introdução de novas técnicas de captura com a variedade de pescado.

Dentre as localidades pesqueiras que se expandiram destacam-se a Ilha do Governador, na cidade do Rio de Janeiro, e no município de São Gonçalo, onde surgem lugares como os bairros Gradim, Porto Velho, Porto Novo, Porto da Madama, Itaoca, Porto do Rosa, Praia das Pedrinhas e Ponta da Areia.

Para dimensionar a relação do grande desenvolvimento urbano-industrial próximos dos municípios que contornam a baía, para além da cidade do Rio, podemos citar o município de São Gonçalo que, nas décadas de 1940 e 1970, segundo Braga (1998), foi o período de maior prosperidade econômica com a instalação de indústrias exportadoras de mercadorias diversas, no bairro de Neves e seus arrabaldes, tais como: Companhia Nacional de Cimento Portland (Mauá); Companhia Brasileira de Usinas Metalúrgicas (Hime); Companhia Brasileira de Fósforos (Fiat Lux); Companhia Eletro Química Fluminense; Companhia S/A Composições "Internacional" do Brasil; Conserva de Sardinhas Coqueiros S/A; dentre outros.

Esse período de desenvolvimento industrial gonçalense é mencionado com bastante entusiasmo por Luiz Palmier (1893-1955), médico e figura ilustre da história da cidade (atualmente existe um hospital com seu

nome situado no Centro), no livro "São Gonçalo Cinquentenário". O autor se refere à cidade como "Manchester Fluminense", fazendo alusão à cidade inglesa que por décadas foi um centro econômico e industrial no Reino Unido e no mundo com a Revolução Industrial do século XVIII.

Mas, a exaltação de Palmier quanto à "Manchester Fluminense" não era compreendida da mesma forma por outros estudiosos, como no caso do geógrafo Pedro Geiger, que na década de 1950 descreve, na Revista Brasileira de Geografia, a cidade de São Gonçalo como um subúrbio da cidade do Rio de Janeiro:

> São Gonçalo é na prática, um subúrbio do Rio de Janeiro, no qual fazendas e pomares foram e estão sendo loteados em benefício do crescimento urbano e da industrialização. A produção de cimento, papel, vidro, sardinhas, produtos químicos e materiais de construção são alguns dos ramos industriais deste importante município. Também aí, as empresas de ônibus têm se multiplicado, mantendo longas linhas de comunicação; o bonde e os trens suburbanos nas horas do 'rush' são outros veículos coletivos que servem à população. A área urbanizada é muito extensa, pois é grande a dispersão do casario pelas antigas fazendas loteadas. Neves é conurbada ao bairro de Barretos em Niterói. (GEIGER, 1956, p. 47-70).

Por outro lado, a industrialização e o crescimento populacional não foram acompanhados adequadamente pela necessária infraestrutura de saneamento básico, disposição de lixo e tratamento de efluentes e resíduos, o que vem agravando a degradação do ambiente da Baía de Guanabara e afetando diretamente as comunidades pesqueiras tradicionais para a realização de suas atividades. Assim, para estas comunidades, tais eventos podem ser considerados como violências simbólicas, conforme apontadas por Bourdieu (2004).

Silva (2015) destaca a dura realidade das condições dos trabalhadores da pesca artesanal, que:

> (...) vivem, em geral, em condições de muita pobreza devido à estrutura precária de sua economia e devido da deterioração das condições ambientais (poluição das águas das baías e dos rios causadas pela industrialização e pela deficiência de saneamento básico) e à redução das áreas de pesca (embarque-desembarque), de navegação e as áreas tradicionais de comunidades de pescadores e de venda de pescado por causa da pressão de ocupação urbana e da modernização espacial feita pelos grandes empreendimentos industriais e pelo crescimento de domicílios residenciais (p. 3).

Todavia, quanto maiores são as cidades, também maiores são as suas mazelas e pobrezas, conforme aponta Santos (1993):

> A cidade em si, como relação social e como materialidade, torna-se criadora de pobreza, tanto pelo modelo socioeconômico, de que é suporte, como por sua estrutura fixa, que faz dos habitantes das periferias (e dos cortiços) pessoas ainda mais pobres. A pobreza não é apenas um fato do modelo socioeconômico vigente, mas, também, do modelo espacial (p. 10).

Outras dificuldades enfrentadas pelos pescadores artesanais que estão em volta da baía são a poluição com resíduos industriais e domésticos, desmatamentos e aterros, acelerando o processo natural de assoreamento, além da proliferação de gigogas (plantas características de águas poluídas) e da contaminação dos lençóis subterrâneos.

Um exemplo de aterro e desequilíbrio ambiental foi o realizado na Ilha do Fundão, na cidade do Rio de Janeiro, durante a presidência de Getúlio Vargas (1951-1954), para a construção do campus da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), que aterrou oito ilhas, extinguindo canais e, consequentemente, a circulação natural das águas e espécies aquáticas.

Segundo informações colhidas pelo "Mapa de conflito" da Fiocruz (2010), para o Instituto Estadual do Ambiente (INEA), "o crescimento populacional e o desenvolvimento industrial trouxeram, além da poluição, questões ambientais de ordem física, tais como a destruição dos ecossistemas periféricos à baía, os aterros de seu espelho d'água, o uso descontrolado do solo e seus efeitos adversos em termos de assoreamento, sedimentação de fundo, inundações e deslizamentos de terra. Ao mesmo tempo, sérios problemas de saúde pública vêm caracterizando a região da bacia hidrográfica da baía de Guanabara, refletindo a inadequada gestão dos esgotos sanitários e dos resíduos sólidos urbanos. Durante todo esse tempo, a execução dos serviços de infraestrutura de saneamento e drenagem não acompanhou o crescimento populacional".

Sobre a ocupação urbana e a modernização espacial apontadas na passagem de Silva (2015), podemos buscar em Campos (2015) algumas contribuições no que se refere à segregação do espaço como forma de violência urbana, quando argumenta que:

> é a produção da segregação sócio espacial, em geral, também acompanhada de outras inquietudes sociais, como estigma, discriminação e preconceitos, sendo o fenômeno em tela a materialização, pois segregar é uma dimensão do urbano que se materializa em favelas, grandes conjuntos habitacionais, colônias de pescadores, grandes e médios loteamentos entre outras possibilidades espaciais (p. 34).

Logo, por modernização, como base teórico-metodológica, seguimos as ideias de Faoro (1992) e de Santos, quando diz que "com efeito, a cidade é o lugar privilegiado do impacto das modernizações, já que estas não se instalam cegamente, mas nos pontos do espaço que oferecem uma rentabilidade máxima" (2013, p. 26).

Nessa conduta, com o passar dos anos, outros processos de modernização industrial surgem ao longo da baía, impactando várias comunidades pesqueiras. Nos anos de 1960 e 1970, ocorre a ampliação do Porto do Rio de Janeiro, criado em 1890; em 1968, há a criação da Refinaria de Duque de Caxias (Reduc); e, em 1975, inaugura-se a Ponte Rio-Niterói e, posteriormente, o trecho Niterói-Manilha da Rodovia Federal BR-101.

Outro fator restritivo é o fato da Marinha do Brasil, como representação do Estado nacional, através da legislação de áreas de contenção, proibir a prática de navegação e pesca cerca de 500m em relação a cada navio ou empreendimento.

Essas áreas são denominadas por Silva & Rainha (2011) de áreas de exclusão, ou seja, "existem para justificar a proibição de qualquer tipo de atividade pesqueira em um raio que varia de 200 a 500 metros de qualquer embarcação de grande porte fundeada na baía de Guanabara, de estruturas pertencentes à indústria do petróleo e/ou naval (como dutos, píeres, etc.) ou áreas militares".

Aqui, é possível perceber que o número de pescadores na baía vem diminuindo devido às restrições impostas apresentadas, bem como o aumento da poluição das águas gerado pelas indústrias navais e da área portuária, obrigando os pescadores a migrarem para outras localidades na baía ou do Estado do Rio de Janeiro.

Os crescentes problemas enfrentados pelos pescadores na baía de Guanabara denotam que o discurso de urbanidade e modernidade pode criar uma forma de exclusão social, não apenas material, mas também psicológica, cultural e informacional, que se refere também ao trabalho. Portanto, pensar em cidadania é pensar também na indivisibilidade do direito à cidade, à justiça ambiental, ao trabalho, à saúde, à cultura, à educação e à vida digna (Silva & Fellipe, 2011).

Com relação à redução das áreas de pesca e áreas tradicionais de comunidades pesqueiras, bem como à diminuição dos limites de navegação, compreendemos que "o território é fundamentalmente um espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder", "campo de forças" e "teias ou redes de relações sociais" (Souza, 1995). Nesse sentido, o conceito de território será abordado com maior vigor na parte que se segue.

OS EMPREENDIMENTOS INDUSTRIAIS NA BAÍA DE GUANABARA NO SÉCULO XXI E A PESCA ARTESANAL COMO MOVIMENTO DE LUTA

Antes de abordar alguns processos de modernizações que ocorreram recentemente na baía, no início do século XXI, e os conflitos e embates sobre a pesca artesanal, vale ressaltar a importância da Geografia diante da análise do território. Suertegaray (2001) enfatiza que o conceito de território "norteou na Geografia perspectivas analíticas vinculadas à ideia de poder sobre um espaço e seus recursos; o poder em escala nacional: o Estado-nação. (...) este conceito indica possibilidades analíticas que não deixam de privilegiar a ideia de dominação-apropriação do espaço" (p. 8).

Afinal, como diz Silva (2014), "o que dá sentido do fazer ciência é a construção dos sentidos, do sentido de fazer Geografia, fazemos quando ensinamos, fazemos quando pesquisamos, fazemos quando aprendemos como o outro. Fazemos geografia quando estamos desencantados com o mundo".

As contribuições das autoras supracitadas proporcionam indícios de como o conceito de território, diante do olhar geográfico, é fundamental para se fazer a leitura das injustiças que o Estado promove, juntamente com os empreendimentos industriais, uma modernização econômica sem compensações pode produzir para as comunidades pesqueiras, que resistem lutando por seus territórios tradicionais e o direito às suas existências.

Em meados 2000, dois empreendimentos da PETROBRAS vieram se somar às preocupações das comunidades pesqueiras, devido aos seus consideráveis impactos socioambientais: o COMPERJ – Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro – e o GNL – Terminal de Gás Liquefeito.

O COMPERJ, localizado no município de Itaboraí, cujo projeto básico foi iniciado em 2003, tinha previsão de conclusão para 2016, mas teve a construção paralisada pela crise política e econômica que atingiu o país a partir de 2015, e até o momento não foi retomada.

O segundo, denominado "Instalações do Terminal da Ilha Comprida, Adaptações do Terminal Aquaviário da Ilha redonda e Dutos de GLP na baía de Guanabara", foi desenvolvido para amenizar os impactos da instabilidade no setor do gás nacional e também devido às preocupações com o fornecimento de gás pela Bolívia (Silva, 2015, p. 11).

Os municípios abarcados pela área de abrangência dos dois empreendimentos são Duque de Caxias, Magé, Guapimirim, Itaboraí e São Gonçalo.

O eixo Magé-Guapimirim-Itaboraí é uma rota estratégica para conectar a estrutura do COMPERJ e as empresas petrolíferas que se encontram na Bacia de Campos, no norte do estado. Logo, os pescadores de Magé, desde o começo das instalações têm sido os mais prejudicados, pois pararam por inúmeras vezes suas atividades de pesca e navegação, nos rios e no litoral, nas proximidades das obras. Igualmente, houve problemas de relacionamento entre as comunidades e os funcionários das empresas envolvidas na construção, gerando numerosos incidentes.

Assim, Viega (2006) denomina de "zonas de sacrifícios" as áreas onde se instalam os empreendimentos e que a expressão:

> (...) é utilizada pelos movimentos de justiça ambiental para designar localidades em que observa-se uma superposição de empreendimentos e instalações responsáveis por danos e riscos ambientais. Ela tende a ser aplicada a áreas de moradia de populações de baixa renda, onde o valor da terra relativamente mais baixo e o menor acesso dos moradores aos processos decisórios favorecem escolhas de localização que concentram, nestas áreas, instalações perigosas (p. 4).

Nessa conjuntura, em 2007, surge, no município de Magé, a AHOMAR – Associação Homens do Mar da Baía de Guanabara – como movimento de resistência de pescadores artesanais que lutavam pelos direitos da categoria, em função dos problemas e prejuízos acarretados pelas diversas obras que estavam sendo construídas na área da baía e das restrições impostas à sua atividade.

Além de assumir a luta e os direitos/reivindicações dos pescadores, a AHOMAR ajudou a criar o Fórum dos Afetados pelo Indústria do Petróleo nas cercanias da Baía de Guanabara (FAAP-BG), além de integrar a Rede Brasileira de Justiça Ambiental (RBJA).

Conforme dito anteriormente, com o surgimento da AHOMAR, também surgem direitos para aqueles que tem a pesca artesanal como um importante posto de trabalho, que segundo o pensamento de Lefebvre (2001):

> estes entram para os costumes ou em prescrições mais ou menos seguidas por atos, e sabe-se bem como esses "direitos" concretos vêm completar os direitos abstratos do homem e do cidadão inscritos no frontão dos edifícios da democracia quando de seus primórdios revolucionários: direitos das idades e dos sexos (a mulher, a criança e o velho), direitos das condições (o proletário, o camponês), direitos à instrução e à educação, direito à trabalho, à cultura, ao repouso, à saúde, à habitação (p. 116).

A AHOMAR, assim como tantas outras associações, bem como federações, voltadas para a pesca artesanal, são exemplos de lutas e resistências, não apenas na recuperação de territórios pesqueiros de origem, mas por suas práticas identitárias culturais, em que a arte de pescar é transmitida de geração em geração através da oralidade, tendo como base de comunhão a sociabilidade entre as comunidades vizinhas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente ensaio se preocupou em esboçar algumas consequências do processo de expansão demográfica e modernização econômica na orla da baía de Guanabara, prejudicando de forma direta aqueles que dependem desse ecossistema para sobreviver, principalmente os pescadores artesanais.

Nesse complexo processo da produção do espaço urbano, a pesca artesanal, como atividade secular, vem se apresentando como movimento de luta e resistência, no caso da AHOMAR, para pedir voz e fortalecer a busca por direitos aos seus territórios e identidades culturais, a fim de garantir a justiça social, o que torna esses pescadores artesanais em sujeitos de sua história.

A Geografia, nas leituras dos territórios, dentro dos contextos urbano-metropolitanos, desenvolve análises críticas para compreender as formas de apropriações do espaço e de recursos, bem como as amenidades e tensões que germinam entre as relações sociais.

Portanto, no jogo da modernização, industrialização e urbanização, cabe ao Estado a responsabilidade de assumir e repensar (e por que não também à sociedade?) como estão se conduzindo as ações e práticas voltadas aos empreendimentos industriais, para reparar as injustiças sociais, violências, problemas e desafios a serem enfrentados pelas classes populares.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

BOURDIEU, P. A. **O poder simbólico**. 7. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

BRAGA, M. N. C. **O município de São Gonçalo e sua históri**a. São Gonçalo: Falcão, 1998.

CALVOSA, H. G., CAMPOS, A. O., ALENCAR, D. S. Desvendando a segregação sócio espacial 1 no município de São Gonçalo (RJ): O estudo de caso sobre o 4º distrito Neves. In: **Anais.** XVII Encontro Nacional de Geógrafos - XVII ENG, 2012, Belo Horizonte/MG. Tema: Entre escalas, poderes, ações, Geografias. 2012.

CALVOSA, H. G., CAMPOS, A. O., ALENCAR, D. S. **O imaginário gonçalense de desenvolvimento sócio espacial**: "Uma cidade sem chão", 2013.

CAMPOS, A. Desvendando a segregação sócio espacialmente induzida e o imaginário da violência urbana em São Gonçalo. **Relatório de pesquisa** de projeto desenvolvido e financiado pela FAPERJ. FFP/UERJ; São Gonçalo, 2015.

FAORO, R. A questão nacional: a modernização. **Revista de Estudos Avançados**, São Paulo: Universidade do Estado de São Paulo, v. 6, n. 14, 1992, p. 7-22. <Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/ea/v6n14/v6n14a02.pdf>.

GEIGER, P. P. Urbanização e industrialização na orla oriental da Baía de Guanabara. **Revista Brasileira de Geografi**a. Rio de Janeiro: IBGE (4), 1956.

LEFEBVRE, H. **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 2001, 145p.

MENDES, R. M. F.; MATOS, U. A. O.; BRANQUINHO, F. T. B. Baía de Guanabara: A degradação e o trabalho dos pescadores artesanais. In: **Anais**. I Congresso Brasileiro de Geografia Política e Gestão do Território, 2014, Rio de Janeiro. Racionalidades e práticas em múltiplas escalas. Porto Alegre: Editora Letral, 2014. p. 408-414.

PETROBRAS; MINERA, **Relatório Instalação do Terminal Aquaviário da Ilha Comprida**, Adaptações do Terminal Aquaviário da Ilha Redonda e Dutos de GLP na Baía de Guanabara. Rio de Janeiro: PETROBRAS, 2007.

SANTOS, D. C. L.; CAMPOS, A. O.; ALENCAR, D. S. A "pseudomodernização" do espaço urbano gonçalense: uma análise dos novos empreendimentos imobiliários no 1° Distrito de São Gonçalo. In: **Anais** VII Congresso Brasileiro de Geógrafo (CBG), Vitória (ES), 2014.

SANTOS, M. **A Natureza do Espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: HUCITEC, 1996.

SANTOS, M. **Pobreza urbana**. São Paulo: EDUSP, 2013.

SANTOS, M. **O retorno do território**: território, globalização e fragmentação. São Paulo: Hucitec/ ANPUR, 1993.

SILVA, C. A. História social da pesca e da modernização espacial do Rio de Janeiro: a árdua tarefa de periodizar os eventos. **Revista Tamoios** (Online), v. 1, p. 1-19, 2015.

SILVA, C. A. **Por uma geografia das existências**: movimentos, ação social e produção do espaço / Catia Antonia da Silva, Andrelino Campos, Nilo Sérgio d'Avila Modesto. Rio de Janeiro: Consequência, 2014.

SILVA, C. A. RAINHA, F. A. Metrópole e luta: por uma modernização sem exclusão. R**evista Geográfica de América Central** (online), v. 2, p. 1-12, 2011.

SOUZA, M. L. de. O Território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: Castro, Iná Elias et. al. (org). **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1995.

SUERTEGARAY, D. M. A. Espaço geográfico uno e múltiplo. Scripta Nova – **Revista Eletrônica de Geografía y Ciencias Sociales**. Nº 93, 2001.

VIEGA, R. N. Desigualdade ambiental e "Zonas de Sacrifício". 2006.

SITES VISITADOS:

http://mapadeconflitos.ensp.fiocruz.br/conflito/rj-pescadores-artesanais-sofrem-ameacas-violencias-e-ate-morte-ao-defender-seu-direito-ao-trabalho-na-baia-de-guanabara/, <disponível: 24/08/2010>.

https://tab.uol.com.br/noticias/redacao/2021/08/16/pescadores-artesanais-se-arriscam-para-subsistir-na-poluida-guanabara.htm, <disponível: 16/08/2021>.

http://arquivos.proderj.rj.gov.br/sefaz_ceperj_imagens/Arquivos_Ceperj/ceep/publicacoes/revista-de-economiafluminense /Edi%C3%A7%C3%A30%20n% C2%BA%2010/ revista_ 10.pdf, <disponível: maio de 2011>.

https://ahomar.org.br/

http://www.inea.rj.gov.br/

http://liga.ufrrj.br/

https://www.ibge.gov.br/